

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

As demonstrações contábeis do exercício de 2020 desta UPC, encerradas em 31/12/2020, foram extraídas do Sistema SIAFI Web e serão disponibilizados no sítio da internet no endereço <https://www.trt13.jus.br/transparencia/demonstracoes-contabeis>.

NOTAS EXPLICATIVAS – EXERCÍCIO 2020

O Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, criado pela Lei 7.324/1985, é um órgão da administração pública federal direta, com sede na cidade de João Pessoa-PB, tendo como missão institucional a promoção da justiça no âmbito das relações de trabalho, com celeridade, eficiência e efetividade, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.

Para atender toda demanda de ações e recursos trabalhistas oriunda dos 223 municípios do Estado, o TRT13 conta com 27(vinte e sete) Varas do Trabalho, sendo 13 (treze) na Capital e 14 (quatorze) no interior, e 60 juízes entre titulares de vara (27 magistrados) e substitutos (33 magistrados), compreendendo o primeiro grau. O segundo grau de jurisdição (recursal) é composto por 10 desembargadores vitalícios, sendo 08 magistrados trabalhistas de carreira, 01 representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB, Seção Paraíba) e 01 representante do Ministério público do Trabalho (MPT).

A conformidade legal das atividades do Tribunal observa a legislação da Lei nº 8.112/1990 para a contratação dos servidores, da Lei nº 8.666/1993 para contratação dos seus fornecedores, da Lei nº 4320/1964 e da Lei Complementar nº 101/2000 para suas finanças e contabilidade e ainda estão conforme os critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e pelo Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP 8ª Edição e suas Alterações), com o objetivo de proporcionar melhor compreensão sobre a posição patrimonial e financeira, bem como o resultado e o desempenho da unidade.

PRINCIPAIS CRITÉRIOS E PRÁTICAS CONTÁBEIS:

1) **DISPONIBILIDADES:** estão registrados pelo valor original em moeda nacional (REAL), constantes da parte da conta única (Limite de Saque com Vinculação de Pagamento) destinada à Unidade Gestora do TRT da 13ª Região. A partir de 2017 os recursos oriundos da receita de remuneração de depósitos judiciais (fonte 0181), convênio com os bancos BB e CEF, foram centralizados pelo CSJT;

2) **OBRIGAÇÕES:** estão registradas pelos valores históricos, acrescidos das correspondentes correções monetárias e juros ao principal;

3) **ESTOQUES EM ALMOXARIFADO:** estão registrados pelo valor de aquisição. No exercício de 2019 ocorreu a troca do software utilizado para gestão dos estoques em almoxarifado desta UPC. O sistema utiliza o método do custo médio;

4) **IMOBILIZADO:**

4.1) Bens Imóveis: estão demonstrados pelo valor registrado no SPIUnet, deduzidos da depreciação acumulada calculada e registrada pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU);

4.2) Bens Móveis: estão demonstrados pelo custo de aquisição, adicionados a todos os

gastos incorridos para colocar o bem em condições de uso. A conta patrimonial de bens móveis é deduzida da depreciação acumulada calculada pelo método linear, com base nas taxas estabelecidas pela Macrofunção SIAFI 02.03.30 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações.

5) INTANGÍVEL: estão registrados pelo valor de aquisição, deduzidos da amortização acumulada, quando cabível (software com vida útil definida), calculada pelo método das cotas constantes, como estabelece a Macrofunção SIAFI 02.03.30 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações.

1. BALANÇO PATRIMONIAL

BALANÇO PATRIMONIAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
ATIVO CIRCULANTE	10.718.534,12	7.131.990,38	PASSIVO CIRCULANTE	9.734.553,12	5.995.909,23
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.131.824,32	3.289.616,05	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	9.719.380,78	5.995.749,11
Créditos a Curto Prazo	6.546.628,17	-			
Demais Créditos e Valores	6.546.628,17	-			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		2.861.880,85			
Estoques	811.481,93	820.072,41	Demais Obrigações a Curto Prazo	15.172,34	160,12
VPDs Pagas Antecipadamente	228.599,70	160.421,07			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	79.129.260,19	76.544.240,00	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.945.051,99	2.628.355,27
Ativo Realizável a Longo Prazo	357.014,81	368.379,69	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	2.945.051,99	2.628.355,27
Créditos a Longo Prazo	357.014,81	-			
Demais Créditos e Valores	357.014,81	-			
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		368.379,69			
			TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	12.679.605,11	8.624.264,50
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
Imobilizado	77.089.738,93	74.999.598,46	Resultados Acumulados	77.168.189,20	75.051.965,88
Bens Móveis	18.375.836,54	16.671.332,08	Resultado do Exercício	867.298,85	-4.223.546,08
Bens Móveis	43.010.766,23	42.885.776,57	Resultados de Exercícios Anteriores	75.051.965,88	83.289.007,56
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-24.634.929,69	-26.214.444,49	Ajustes de Exercícios Anteriores	1.248.924,47	-4.013.495,60
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Imóveis	58.713.902,39	58.328.266,38	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	77.168.189,20	75.051.965,88
Bens Imóveis	60.670.895,44	60.163.467,71			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-1.956.993,05	-1.835.201,33			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	1.682.506,45	1.176.261,85			
Softwares	1.682.506,45	1.176.261,85			
Softwares	3.305.944,16	2.794.993,96			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-1.623.437,71	-1.618.732,11			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
TOTAL DO ATIVO	89.847.794,31	83.676.230,38	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	89.847.794,31	83.676.230,38

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
ATIVO FINANCEIRO	3.131.824,32	3.289.616,05	PASSIVO FINANCEIRO	162.200,59	309.580,86
ATIVO PERMANENTE	86.715.969,99	80.386.614,33	PASSIVO PERMANENTE	12.664.432,77	8.624.104,38
			SALDO PATRIMONIAL	77.021.160,95	74.742.545,14

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2020		ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	127.359.327,37	120.711.794,80
Atos Potenciais Ativos	-	-	Atos Potenciais Passivos	127.359.327,37	120.711.794,80
Garantias e Contragarantias Recebidas	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	-	-
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais	127.359.327,37	120.711.794,80
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	127.359.327,37	120.711.794,80

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	806.823,23
Recursos Vinculados	2.162.800,50
Seguridade Social (Exceto Previdência)	1.019,97
Previdência Social (RPPS)	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	2.161.780,53
TOTAL	2.969.623,73

1.1 Ativo Circulante

1.1.1 O Caixa e Equivalentes de Caixa, no valor total de R\$ 3.131.824,32 (Conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento) estão registrados pelo valor original em moeda nacional e compreendem o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

1.1.2 Créditos a Curto Prazo no montante de R\$ 6.546.628,17 correspondem a Adiantamentos de 1/3 Férias e 13º Salários de magistrados e servidores referente ao mês de janeiro de 2021.

1.1.3 Estoques (Almoxarifado – Materiais de Consumo), no valor total de R\$ 811.481,93 são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição/produção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado e quando há deterioração física parcial, obsolescência, bem como outros fatores análogos, utiliza-se o valor realizável líquido. As diferenças de valor de estoques são contabilizadas em contas de resultado.

1.1.4 VPDs Pagas Antecipadamente, no valor total de R\$ 228.599,70 compreendem a pagamentos de Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão a curto prazo. Representa Prêmios de Seguros a Apropriar (seguros de imóveis e veículos) e Assinaturas e Anuidades a Apropriar (revistas e editoriais).

1.2 Ativo Não Circulante

1.2.1 Créditos a Longo Prazo, no valor total de R\$ 357.014,81 compreende ao registro do crédito a receber da FUNPRESP – JUD – Fundação de Previdência Complementar dos Servidores Públicos do Poder Judiciário, relativo ao aporte a título de adiantamento de contribuições futuras. Do saldo final, R\$ 18.221,13 refere-se a atualização monetária mensal com base no IPCA/IBGE, de acordo com entendimento do STF constante do parecer NR 105/2015, menos R\$ 27.005,73 da segunda parcela de devolução do Aporte Inicial da FUNPRESP-JUD conforme Mensagem SEOFI/CSJT nº 039/2020.

1.2.2 O Imobilizado, no valor total de R\$ 77.089.738,93 é composto de bens móveis e imóveis reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição ou produção.

1.2.2.1 Os Bens Móveis apresenta o valor total de R\$ 43.010.766,23 e são representados por máquinas, aparelhos e equipamentos, bens de informática, móveis e utensílios, materiais bibliográficos, veículos, demais bens móveis menos a depreciação acumulada no valor de R\$ 24.634.929,69 calculada pelo método linear, com base nas taxas estabelecidas pela Macrofunção SIAFI 02.03.03. No caso de transferências de ativos, como bens dados em doação, o valor atribuído é o valor líquido contábil, consideradas as reavaliações ou desvalorizações verificadas. Há registro na Conta de Bens Móveis Inservíveis no valor de R\$ 3.738.580,37 referente a protocolos de doações em tramitação não concluídos. Há ainda no exercício o registro na Conta de Bens Não Localizados no valor de R\$ 7.993.992,62 resultado do Relatório da Comissão de Inventário do Exercício de 2020 (Protocolo TRT 000.07464/2020).

1.2.2.2 Os Bens Imóveis apresenta o valor total de R\$ 60.670.895,44 e correspondem a Edifícios, Terrenos, Varas do Interior, Fórum da Capital, Obras em Andamento, Imóveis a Classificar/a Registrar no SPIUnet menos a depreciação acumulada no valor de R\$ 1.956.993,05 calculada pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

Quanto a conta Bens Imóveis a Classificar/a Registrar apresenta saldo de R\$ 2.739.700,94 perdurando desde 2015, tendo em vista que as atualizações cadastrais envolvem várias ações em diversos órgãos, tais como prefeituras, cartórios e a própria Superintendência do Patrimônio da União o que dificulta a solução do problema. Existe uma Comissão Especial de Regularização dos Imóveis da União designada pela Portaria TRT GP nº 212/2017, que trabalha no sentido de sanar as pendências existentes na obtenção dos documentos comprobatórios dos recolhimentos previdenciários, seja perante o setor responsável pela guarda e conservação dos documentos deste Regional, seja perante a empresa responsável pela obra, ou, ainda, perante o INSS.

1.2.3 O Intangível no valor total de R\$ 3.305.944,16 são os direitos referentes à aquisição de bens incorpóreos, tais como softwares mensurados com base no valor de aquisição, deduzidos da amortização acumulada no valor de R\$ 1.623.437,71 pelo método linear aplicada nas licenças com prazos determinados, fixados nos contratos respectivos. O valor da amortização acumulada do exercício de 2020 foi de R\$ 4.705,60.

No exercício não houve reconhecimento e mensuração da perda por redução ao valor recuperável do ativo não gerador de caixa.

2.1 Passivo Circulante

2.1.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo no valor de R\$ 9.734.553,12 correspondem aos saldos de Férias a que os servidores e magistrados tem direitos (abono constitucional e salário de férias) conforme reportado na Mensagem SEOFI/CSJT nº 035/2018, e também informado pela Mensagem SIAFI 2018/0778560, a STN publicou em 04/06/2018 no Manual SIAFI a nova versão da Macrofunção SIAFI 02.11.42 – FOLHA DE PAGAMENTO, cuja demanda diz respeito a mudanças na Rotina Contábil de Folha de Pagamento.

2.2 Passivo Não Circulante

2.2.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar de Longo Prazo, apresenta o valor de R\$ 2.945.051,99 (ISF P) compreendem aos passivos de pessoal a pagar (salários ou remunerações, aposentadorias, reformas e pensões) sem suficiência orçamentária, registrados por conta corrente do tipo Inscrição Genérica, conforme

Mensagem SEOFI/CSJT nº 041/2020 e planilha elaborada pela SEGEPE conforme Protocolo TRT 000.14410/2019.

2.3 Patrimônio Líquido

2.3.1 O Resultado do Exercício é formado pela diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas, de R\$ 474.575.006,46 e R\$ 473.707.707,61, respectivamente, o que resultou no valor de R\$ 867.298,85. Esse resultado está detalhado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

2.3.2 Os Ajustes de Exercícios Anteriores apresenta saldo credor no valor de R\$ 1.248.924,47, correspondente aos registros credores de Ajustes das Depreciações Acumuladas calculadas sobre os bens móveis baixados conforme autorização do Desembargador Presidente de acordo com os termos do Ato TRT SGP nº 26/2020 e Ato TRT SGP nº 82/2020 no valor de R\$ 885.256,93 e Ajustes das Depreciações Acumuladas dos bens móveis devido as transferências feitas para as contas de Bens Inservíveis e Bens não Localizados no valor de R\$ 3.577.229,56 e ainda aos registros devedores das Atualizações dos Passivos de Pessoal no valor de R\$ 3.213.562,02 conforme planilha elaborada pela SEGEPE e mensagem SIAFI 2020/0565785 do CSJT.

2.4 O Balanço Patrimonial desta UPC apresentou resultado positivo entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, ou seja, superavit financeiro no exercício em análise no valor de R\$ 2.969.623,73.

2. DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2020	2019
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	474.575.006,46	480.056.398,75
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.764.871,32	6.107.067,02
Taxas	4.764.871,32	6.107.067,02
Contribuições	-	1.920.516,35
Contribuições Sociais	-	1.920.516,35
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	210.835,10	207.203,95
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	210.835,10	207.203,95
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	18.261,59	13.016,40
Juros e Encargos de Mora	40,46	347,02
Variações Monetárias e Cambiais	18.221,13	12.669,38
Transferências e Delegações Recebidas	466.115.337,56	471.572.233,37
Transferências Intragovernamentais	465.084.081,56	471.272.443,37
Transferências Intergovernamentais	1.031.256,00	299.790,00
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	3.336.368,28	30.819,13
Reavaliação de Ativos	-	30.819,13
Ganhos com Desincorporação de Passivos	3.336.368,28	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	129.332,61	205.542,53
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	947,27
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	129.332,61	204.595,26
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	473.707.707,61	484.279.944,83
Pessoal e Encargos	317.178.292,00	322.390.751,96
Remuneração a Pessoal	251.914.174,44	262.780.055,41
Encargos Patronais	51.445.441,42	44.497.614,40
Benefícios a Pessoal	12.460.627,72	13.984.249,04
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	1.358.048,42	1.128.833,11
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	119.441.489,48	111.772.731,79
Aposentadorias e Reformas	102.615.339,47	94.922.455,16
Pensões	16.760.214,63	16.787.885,09
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	65.935,38	62.391,54
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	23.071.907,11	31.169.601,06
Uso de Material de Consumo	720.727,50	778.765,01
Serviços	19.341.710,60	27.048.945,36
Depreciação, Amortização e Exaustão	3.009.469,01	3.341.890,69
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	11.979,88	1.056,87
Juros e Encargos de Mora	9.399,60	899,93
Variações Monetárias e Cambiais	2.580,28	156,94
Transferências e Delegações Concedidas	6.144.731,52	15.674.798,31
Transferências Intragovernamentais	5.236.151,43	12.934.035,30
Outras Transferências e Delegações Concedidas	908.580,09	2.740.763,01
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	6.850.918,05	1.715.461,22
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	13.543,21
Perdas Involuntárias	1.103.934,61	-
Incorporação de Passivos	5.719.977,71	1.675.707,03
Desincorporação de Ativos	27.005,73	26.210,98
Tributárias	297.808,07	422.607,14
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	72.131,38	42.255,43
Contribuições	225.676,69	380.351,71
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	710.581,50	1.132.936,48
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	710.581,50	1.132.936,48
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	867.298,85	-4.223.546,08

2.1 A Demonstração das Variações Patrimoniais é um demonstrativo contábil, exigido pela Lei nº 4.320/64, que tem o objetivo de evidenciar variações ocorridas no patrimônio da entidade do setor público durante o exercício financeiro. Além das variações patrimoniais a DVP evidencia também o resultado patrimonial do exercício.

2.1.1 Com relação às Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) que compreende o aumento no benefício econômico durante o período contábil sob a forma de entrada de recurso ou aumento de ativo ou diminuição de passivo, que resulte em aumento do patrimônio líquido se alcançou o valor de R\$ 474.575.006,46. Observa-se que desses recursos, em sua maioria, são representados pelas Transferências Intragovernamentais –

sub-repasses financeiros do Órgão Setorial de Programação Financeira da Justiça do Trabalho (CSJT) no valor de R\$ 465.084.081,56. Em seguida vem as Receitas de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria que são as Taxas de Custas Processuais e Taxas de Custas e Emolumentos arrecadadas no exercício no valor de R\$ 4.764.871,32. E ainda as Transferências Intergovernamentais que representam as receitas de convênios (Sobre os Depósitos Judiciais) com as instituições financeiras Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil no valor de R\$ 1.031.256,00, recursos centralizados pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT – a partir do exercício de 2017.

2.1.2 Com relação às Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) que compreende o decréscimo durante o período contábil sob a forma de saída de recurso ou redução de ativo ou incremento de passivo, que resulte em decréscimo do patrimônio líquido se alcançou o valor de R\$ 473.707.707,61. Os valores de maiores impactos são as despesas com Pessoal e Encargos Sociais (Remunerações, Vantagens Individuais, Obrigações Patronais e Benefícios a Servidores) no valor de R\$ 317.178.292,00 e Benefícios Previdenciários e Assistenciais (Aposentadorias, Reformas e Pensões) no valor de R\$ 119.441.489,48, considerando o objetivo da entidade, que é o julgamento de ações trabalhistas.

2.1.3 O Resultado Patrimonial do Período é calculado pela diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD). Tivemos resultado positivo ou superavit patrimonial em R\$ 867.298,85 não decorrentes da execução orçamentária. Ocasionado pelos Ganhos com Desincorporação de Ativos referente a baixa de Passivos de Pessoal e Anulações de Precatórios no final do exercício.

3. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2020	2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.998.090,56	3.611.857,47
INGRESSOS	471.708.368,72	478.189.712,54
Outros Ingressos Operacionais	471.708.368,72	478.189.712,54
Ingressos Extraorçamentários	487.791,55	98.265,92
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	160,12	
Transferências Financeiras Recebidas	465.084.081,56	471.272.443,37
Arrecadação de Outra Unidade	6.136.335,49	6.819.003,25
DESEMBOLSOS	-468.710.278,16	-474.577.855,07
Pessoal e Demais Despesas	-412.682.308,48	-423.586.943,15
Judiciário	-288.484.903,90	-307.188.666,67
Previdência Social	-118.916.609,61	-111.688.574,00
Encargos Especiais	-5.280.634,85	-4.709.862,60
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-160,12	160,12
Transferências Concedidas	-50.319.199,04	-43.723.052,70
Intragovernamentais	-50.319.199,04	-43.723.052,70
Outros Desembolsos Operacionais	-5.708.770,64	-7.267.859,22
Dispêndios Extraorçamentários	-472.619,21	-98.265,92
Transferências Financeiras Concedidas	-5.236.151,43	-7.169.593,30
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-3.155.882,29	-5.374.754,07
DESEMBOLSOS	-3.155.882,29	-5.374.754,07
Aquisição de Ativo Não Circulante	-2.644.932,09	-5.115.732,81
Outros Desembolsos de Investimentos	-510.950,20	-259.021,26
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-157.791,73	-1.762.896,60
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	3.289.616,05	5.052.512,65
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	3.131.824,32	3.289.616,05

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa classificadas em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. *O objetivo da DFC é contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público. Essa demonstração é, também, um importante instrumento de avaliação da gestão pública, pois, segundo o MCASP, permite inferir, em nível macro, quais foram as decisões de alocação de recursos na prestação de serviços públicos, em investimentos e financiamentos, além de permitir a verificação de como a administração influenciou na liquidez da entidade, de forma a prevenir insolvência futura.*

3.1 Fluxos de Caixa das Atividades das Operações:

3.1.1 Os Ingressos de recursos no valor de R\$ 471.708.368,72, em sua maioria, são representados pelas Transferências Financeiras Recebidas no montante de R\$ 465.084.081,56, considerando que não há captação de receitas derivadas e originárias, apenas transferências correntes recebidas.

3.1.2 Os Desembolsos de recursos no valor de R\$ 468.710.278,16, em sua maioria, são representados pelas Despesas de Pessoal e Previdência Social no montante de R\$ 412.682.308,48. Seguida das Transferências Concedidas Intragovernamentais no valor de R\$ 50.319.199,04 representados pelas despesas de Obrigações Patronais (PSSS e INSS) e de Serviços de Terceiros no valor de R\$ 5.708.770,64.

3.2 Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos:

3.2.1 Os Desembolsos com Aquisição de Ativo Não Circulante no valor de R\$ 2.644.932,09 refere-se às despesas empenhadas, liquidadas e pagas em 2020 e os Restos a Pagar inscritos em anos anteriores e pagos em 2020, classificados como Despesas de Capital, natureza de despesa 44.90.51.00 – Obras e Instalações e 44.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.

3.2.2 Outros Desembolsos de Investimentos no valor de R\$ 510.950,20 refere-se às despesas empenhadas, liquidadas e pagas em 2020 e os Restos a Pagar inscritos em

anos anteriores e pagos em 2020, classificados como Despesas de Capital, natureza de despesa 44.90.40.00 – Outros Serviços de Terceiros TI Pessoa Jurídica (Software).

3.3 Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento

3.3.1 Atividades não utilizadas pelo Órgão.

3.4 Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa – o valor negativo de R\$ -157.791,73 representa a diferença entre os valores inicial do Caixa e Equivalente e os valores do Caixa e Equivalentes Final, indicando que houve mais saída do que entrada de recursos financeiros, ao longo do exercício de 2020.

3.5 Caixa e Equivalente de Caixa Inicial - O somatório dos saldos das contas do grupo Caixa e Equivalentes de Caixa, no início do exercício de 2020, corresponde a R\$ 3.289.616,05.

3.6 Caixa e Equivalente de Caixa Final – O somatório dos saldos das contas do grupo Caixa e Equivalentes de Caixa, no final do exercício de 2020, corresponde a R\$ 3.131.824,32.

4. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA						
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO		
DEFICIT			466.057.927,27	466.057.927,27		
TOTAL	-	-	466.057.927,27	466.057.927,27		
DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	454.731.609,00	459.773.750,00	462.903.437,98	462.765.795,73	462.765.795,73	-3.129.687,98
Pessoal e Encargos Sociais	414.520.758,00	425.037.306,00	429.321.180,86	429.321.180,86	429.321.180,86	-4.283.874,86
Outras Despesas Correntes	40.210.851,00	34.736.444,00	33.582.257,12	33.444.614,87	33.444.614,87	1.154.186,88
DESPESAS DE CAPITAL	180.718,00	3.718.485,00	3.154.489,29	3.145.103,29	3.145.103,29	563.995,71
Investimentos	180.718,00	3.718.485,00	3.154.489,29	3.145.103,29	3.145.103,29	563.995,71
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	344.631,00	344.631,00	-	-	-	344.631,00
TOTAL	455.256.958,00	463.836.866,00	466.057.927,27	465.910.899,02	465.910.899,02	-2.221.061,27

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	13.212,93	281.528,81	235.551,67	235.551,67	59.190,07	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	13.212,93	281.528,81	235.551,67	235.551,67	59.190,07	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	-	14.679,00	10.779,00	10.779,00	3.900,00	-
Investimentos	-	14.679,00	10.779,00	10.779,00	3.900,00	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	13.212,93	296.207,81	246.330,67	246.330,67	63.090,07	0,00

A diferença entre o total das Receitas Realizadas e o total das Despesas Empenhadas representa o Deficit ou Superavit Orçamentário. No Balanço Orçamentário do TRT13 essa diferença é apresentada como deficit no valor de R\$ 466.057.927,27, pois não há valores registrados em Receitas Realizadas, uma vez que esses valores, no âmbito da Justiça do

Trabalho, são apresentados no demonstrativo do Órgão Setorial de Programação Financeira - CSJT(UG 080017). O valor de R\$ 466.057.927,27 corresponde ao valor das despesas empenhadas no exercício de 2020.

A composição da Dotação Atualizada, no valor de R\$ 470.014.150,00, está equacionada desta forma:

Dotação Autorizada	Em Reais
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 414.520.758,00
Outras Despesas Correntes	R\$ 40.210.851,00
Despesas de Capital	R\$ 180.718,00
Reserva de Contingência	R\$ 344.631,00
Total da Dotação Inicial	R\$ 455.256.958,00
Créditos Suplementares – Pessoal e Aposentadorias	R\$ 18.470.851,00
Créditos Remanejados – Pessoal Ativo	R\$ (7.954.303,00)
Crédito Especial – Outras Despesas Corrente	R\$ 60.000,00
Créditos Remanejados – Outras Despesas Correntes	R\$ (5.534.407,00)
Créditos Suplementares – Investimentos	R\$ 3.537.767,00
Total da Dotação Autorizada	R\$ 463.836.866,00

Destacamos ainda as Descentralizações de Créditos Internas (Provisões) e Externas (Destaques) a seguir:

Provisões Recebidas – Outras Despesas Correntes	R\$ 15.393,00
Provisões Recebidas _ RPV	R\$ 1.823.946,99
Destaques Recebidos – Precatórios	R\$ 3.456.690,00
Total das Descentralizações Recebidas	R\$ 5.296.030,98

Assim, o orçamento total disponibilizado ao TRT13, no exercício de 2020, importou em R\$ 469.132.896,98, considerados os créditos iniciais consignados na Lei Orçamentária Anual nº 13.978 de 17/01/2020, os créditos suplementares especial e adicionais e as descentralizações recebidas (provisões e destaques). Deste montante foi executado (empenhado) o valor de R\$ 466.057.927,27 que corresponde a 99,34 do orçamento disponibilizado.

O saldo zero apresentado no Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar não Processados referente aos RPNP inscritos em Exercícios Anteriores, significa que houve uma análise criteriosa nos valores inscritos em restos a pagar de exercícios anteriores, resultando no cancelamento de R\$ 63.090,07 e pagamentos dos valores R\$ 246.330,67.

5. BALANÇO FINANCEIRO

BALANÇO FINANCEIRO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	466.057.927,27	470.220.078,64
Ordinárias	-	-	Ordinárias	348.084.409,70	387.716.722,96
Vinculadas	-	-	Vinculadas	117.973.517,57	82.503.355,68
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	6.692.941,03	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Previdência Social (RPPS)	104.235.719,00	81.288.858,00
			Dívida Pública	3.456.687,86	-
			Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	3.588.169,68	1.214.497,68
Transferências Financeiras Recebidas	465.084.081,56	471.272.443,37	Transferências Financeiras Concedidas	5.236.151,43	7.169.593,30
Resultantes da Execução Orçamentária	464.801.375,96	469.653.700,21	Resultantes da Execução Orçamentária	-	713.285,86
Sub-repasse Recebido	464.801.375,96	469.653.700,21	Sub-repasse Devolvido	-	713.285,86
Independentes da Execução Orçamentária	282.705,60	1.618.743,16	Independentes da Execução Orçamentária	5.236.151,43	6.456.307,44
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	-	1.511.407,94	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	19.427,55	21.506,06
Demais Transferências Recebidas	131.532,68	53.667,61	Movimento de Saldos Patrimoniais	5.216.723,88	6.434.801,38
Movimentação de Saldos Patrimoniais	151.172,92	53.667,61	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	6.771.315,41	7.213.637,10	Pagamentos Extraorçamentários	719.110,00	2.859.305,13
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	4.800,00
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	147.028,25	296.207,81	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	246.330,67	2.756.239,21
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	487.791,55	98.265,92	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	472.619,21	98.265,92
Outros Recebimentos Extraorçamentários	6.136.495,61	6.819.163,37	Outros Pagamentos Extraorçamentários	160,12	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	160,12	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	160,12	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	160,12	-			
Arrecadação de Outra Unidade	6.136.335,49	6.819.003,25			
Saldo do Exercício Anterior	3.289.616,05	5.052.512,65	Saldo para o Exercício Seguinte	3.131.824,32	3.289.616,05
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.289.616,05	5.052.512,65	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.131.824,32	3.289.616,05
TOTAL	475.145.013,02	483.538.593,12	TOTAL	475.145.013,02	483.538.593,12

O Balanço Financeiro demonstra os ingressos e os dispêndios de recursos no exercício, sendo dividido em duas colunas, uma para os ingressos e outra para os dispêndios. As colunas são divididas em Receitas/Despesas Orçamentárias, Transferências Financeiras Recebidas/Concedidas e Recebimentos/Despesas Extraorçamentários, conforme o caso. Dentre os saldos de maior relevância, destacam-se os seguintes:

5.1 RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

5.1.1 As Receitas Orçamentárias – Ordinárias e Vinculadas - Em 2020 não houve valores de receitas orçamentárias, uma vez que os recursos derivados da Lei Orçamentária Anual - LOA foram transferidos da UG 080017 – Setorial da Justiça do Trabalho - CSJT, por meio de Sub-repasse, tendo seu saldo demonstrado em Transferências Financeiras Recebidas.

5.1.2 As Transferências Financeiras Recebidas, no valor de R\$ 465.084.081,56, destaca-se os Sub-repasses Recebidos da UG 080017 no valor de R\$ 464.801.375,96. Houve também Demais Transferências Recebidas no valor de R\$ 131.532,68 para Restituições de Receitas (Emolumentos e Custas Processuais) – GRU e Movimentação de Saldos Patrimoniais no valor de R\$ 151.172,92.

5.1.3 Os Recebimentos Extraorçamentários evidenciam os ingressos não previstos no orçamento que serão restituídos nos exercícios seguintes, por decisão administrativa ou judicial e teve como composição:

5.1.3.1 Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados: referem-se aos valores empenhados no exercício de 2020 e inscritos para pagamento em exercícios futuros. Compõem o Balanço Financeiro para compensar sua inclusão na despesa orçamentária, conforme parágrafo único do artigo 103 da Lei nº 4.320/1964, no valor de R\$ 147.028,25.

5.1.3.2 Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, no valor de R\$ 487.791,55 refere-se a entradas compensatórias, como por exemplo, Ordens Bancárias canceladas.

5.1.3.3 Outros Recebimentos Extraorçamentários refere-se a arrecadação de Outra Unidade no valor de R\$ 6.136.495,61, por meio de Guias de Recolhimento da União, cujos recursos são administrados pela Secretaria do Tesouro Nacional ou diretamente pela unidade gestora, nos casos das fontes 0100, 0117, 0127, 0150 e 0181. Os valores são registrados na conta contábil 89991.08.02 (Controle da Arrecadação na UG Arrecadadora).

5.1.4 O Saldo do Exercício Anterior no valor de R\$ 3.289.616,05 é correspondente ao caixa e equivalentes de caixa, oriundo do exercício de 2019.

5.2 DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

5.2.1 As Despesas Orçamentárias empenhadas do TRT13 alcançaram o montante R\$ 466.057.927,27, e estão registradas nas contas contábeis 62213.04.00 – Crédito Liquidado Empenhado e Pago e 62213.05.00 – Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP.

5.2.1.1 As Despesas Ordinárias no valor de R\$ 348.084.409,70 representam as despesas empenhadas na fonte de recursos 0100 – Recursos Ordinários.

5.2.1.2 As despesas Vinculadas no valor de R\$ 117.973.517,57 são compostas por despesas empenhadas nas fontes 0156 e 0169 (Pagamento de Inativos e Pensionistas) no valor de R\$ 104.235.719,00 e despesas empenhadas com Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas no valor de R\$ 1.214.497,68, os quais se referem aos dispêndios vinculados que não se enquadram nos demais itens. No caso do TRT13, são as despesas empenhadas na fonte 0181 (Recursos de Convênios).

5.2.2 As Transferências Financeiras Concedidas Resultantes e Independentes da Execução Orçamentária no valor de R\$ 7.169.593,30 correspondem ao Sub-repasse Devolvido na fonte 0127 (Custas e Emolumentos – Poder Judiciário) no valor de R\$ 713.285,86 e às transferências independentes da execução no valor de R\$ 6.456.307,44 registrado quase na totalidade na conta Movimento de Saldos Patrimoniais (35122.03.00) que é constituído pelo recolhimento de custas e emolumentos judiciais, por meio de GRU (códigos 18740-2 e 18770-4), tendo a UG 170500 – Coordenação-Geral de Programação Financeira da STN, como beneficiária.

5.2.3 As Despesas Extraorçamentárias no valor de R\$ 2.859.305,13, constitui-se do pagamento dos Restos a Pagar Não Processados, no valor de R\$ 2.756.239,21, e dos Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, no valor de R\$ 98.265,92. Quanto aos Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, referem-se a acertos de Ordens Bancárias canceladas, e correspondem aos valores registrados na fonte 0190 – Recursos Diversos, da conta contábil 82114.00.00 – DDR Utilizadas por Pagamento de Despesas Orçamentárias e Outros.

5.2.4 O Saldo para o Exercício Seguinte no valor de R\$ 3.298.616,05 refere-se ao somatório dos saldos das contas do subgrupo Caixa e Equivalentes de Caixa, que serão transferidos para o exercício seguinte.

5.3 O Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros compara o saldo transferido do exercício anterior como aquele transposto para o exercício seguinte, indicando o impacto do resultado financeiro sobre a conta Caixa e Equivalentes de Caixa conforme segue:

Saldo para o Exercício Seguinte (A)	R\$ 3.289.616,05
<u>Saldo do Exercício Anterior (B)</u>	<u>R\$ 5.052.512,65</u>

Diferença (A-B)

R\$ -1.762.896,60

Quociente (A/B): -65,11%.

O Quociente no exercício de 2019 foi de -65,11% demonstrando que ocorreu um deficit financeiro. Além disso, ao observar a diferença entre os saldos, constata-se que houve menos ingressos do que dispêndios financeiros, no montante de R\$ 1.762.896,60.